



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

GABINETE DO CONSELHEIRO HELDER VALIN BARBOSA

Processo nº 202200005018224/101-02

RELATÓRIO Nº 84/2024

Tratam os presentes autos nº. **202200005018224/101-02** da **Tomada de Contas Especial** instaurada pela *Secretaria de Estado da Administração de Goiás - SEAD*, com o objetivo de apurar irregularidades verificadas na execução do Convênio nº. **86/2005**, celebrado entre o Estado de Goiás e o Município de Castelândia/GO, destinado à aquisição de micro-ônibus para transporte de pessoas carentes da municipalidade (Evento nº. 4).

O volume de recursos fiscalizados totaliza o montante de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e refere-se ao prejuízo ao erário estadual supostamente causado pela não comprovação regular dos recursos do referido Convênio.

O *Serviço de Fiscalização de Tomada de Contas Especial* se manifestou por meio da Instrução Técnica Conclusiva nº. **8/2024** (Evento nº. 63), sugerindo o reconhecimento das contas como iliquidáveis, com determinação de trancamento das contas e arquivamento do processo.

O *Parquet* de Contas, mediante Parecer nº. **142/2024** (Evento nº. 65) opinou pelo trancamento das contas e arquivamento dos autos, dado o lapso temporal entre o Convênio fiscalizado e a atuação desta Corte de Contas.

Por fim, *Auditoria* através da Manifestação nº. **98/2024** (Evento nº. 67), manifestou pelo julgamento irregular das contas e pela citação do Município de Castelândia/GO e do ex-prefeito Octávio Antônio Dias Júnior, em atenção aos princípios do contraditório e ampla defesa, para pagar o débito ou apresentar alegações de defesa.

É o sucinto relatório.

VOTO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

GABINETE DO CONSELHEIRO HELDER VALIN BARBOSA

Processo nº 202200005018224/101-02

Os autos encontram-se saneados e aptos a julgamento no estado que se encontram.

A essencialidade do Controle Externo exercido pelo Tribunal de Contas é incontestável, a sua relevância constitucionalmente estabelecida, com ênfase na moralidade administrativa, na impessoalidade, na legalidade, são normas-princípios basilares desta instituição imprescindível.

Entre os atos passíveis de controle pelo Tribunal de Contas Estadual, encontra-se a apreciação das contas, tanto do próprio Governo Estadual, como de todos os órgãos/instituições que de qualquer modo recebam recursos/rendas do Poder Público Estadual, no intuito precípua de zelar pela verificação da aplicação dos recursos públicos.

O processo de Tomada de Contas Especial, como cedição, é um procedimento dotado de rito próprio que tem como objetivo precípua o de apurar a responsabilidade daqueles que deram causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário.

A abertura do processo decorreu de solicitação da Secretaria de Estado da Administração de Goiás, tendo como objetivo identificar os responsáveis, apurar o dano e recompor o erário, tendo em vista irregularidades verificadas na execução do Convênio nº. **86/2005**, celebrado entre o Estado de Goiás e o Município de Castelândia, com vistas à aquisição de um micro-ônibus para transporte de pessoas carentes da municipalidade.

A Comissão de Tomada de Contas Especial concluiu mediante Relatório Conclusivo nº. **16/2023** (Evento nº. 49) pela ocorrência de dano ao erário estadual no montante não atualizado de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) em face da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado de Goiás mediante a celebração do referido Convênio.

Por outro lado, é cedição que a matéria posta em debate deve se submeter a análise quanto ao prazo prescricional, por ser matéria de ordem



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

GABINETE DO CONSELHEIRO HELDER VALIN BARBOSA

Processo nº 202200005018224/101-02

pública, assim passo as considerações que reputo como imprescindíveis para o presente caso, bem como para casos análogos já apreciados por esta Corte.

A prescrição é vetor de segurança jurídica, não podendo o interessado ser eternamente responsável por atos realizados a demasiado lapso temporal.

A evolução jurisprudencial e doutrinária acerca do instituto, precipuamente quando relacionado ao direito público e a reparação de danos ao erário, com interpretação conforme à Constituição ao artigo 37 da CF/88 conferida pelo Supremo Tribunal Federal, é a baliza que se deve aplicar a julgamentos cujo eventual dano ao erário, não advém de atos tidos como ímprobos, que, tão somente nestes casos, cujo dolo é específico – e a comprovação deve se operar no Judiciário -, cujas figuras típicas de improbidade estejam presentes, que a imprescritibilidade se opera.

Assim, esta Corte de Contas, acompanhamento a evolução de pensamento, já vem aplicando em alguns precedentes importantes, a prescrição como vetor de segurança jurídica, como supra princípio que é, auxiliando na materialização e impedimento de malferimento aos princípios correlatos como o contraditório e ampla defesa, não permitindo que o jurisdicionado responda *ad eternum* por atos e fatos realizados há vários anos.

A propósito, este sodalício Tribunal já se posicionou em inúmeros casos, quanto ao interstício temporal para instauração ou conversão do feito em Tomada de Contas Especial, nos moldes dos Acórdãos nº. 7/2017, 410/2017, 423/2017, 1473/2017, 1940/2017, 1315/2018, 1560/2018, 1820/2018 e 614/2019, *exempli gratia*:

Processo nº.: 11401729 Assunto: Cobrança Origem: Tribunal de Contas do Estado de Goiás ACÓRDÃO Nº. 7/2017. Cobrança. Ausência de Prestação de Contas de Convênio. Longo lapso temporal. Limite temporal à instauração de Tomada de Contas Especial. Arquivamento. Vistos, oralmente expostos e discutidos estes Autos n. 11401729, que tratam de cobrança realizada por esta Corte de Contas em decorrência da ausência de prestação de contas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

GABINETE DO CONSELHEIRO HELDER VALIN BARBOSA

Processo nº 202200005018224/101-02

da Associação de Estudantes Universitários do Município de Bom Jesus que, por meio de convênio firmado em 26 de abril de 1.994, com a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Regional, recebeu repasse no valor de Cr\$ 8.000.000,00, tendo o Relatório e o Voto como partes integrantes deste, ACORDA o TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, pelos votos dos integrantes de seu Tribunal Pleno, ante as razões expostas pelo Relator, em determinar o arquivamento dos presentes autos. À Secretaria Geral, para as providências a seu cargo. (Julgado em 18/01/2017, Relator Conselheiro Saulo Marques Mesquita, Tribunal Pleno) [SEM GRIFOS NO ORIGINAL].

Registra-se, por oportuno, que o Superior Tribunal de Justiça já enfrentou a matéria no REsp nº. 1.480.350, quanto ao prazo prescricional para instauração de Tomada de Contas Especial pelo TCU, a fim de apurar eventual responsabilização do causador do dano ao erário.

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. PROCESSO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. VIOLAÇÃO A INSTRUÇÃO NORMATIVA. EXAME INCABÍVEL EM SEDE DE APELO ESPECIAL. ARTS. 31 E 57 DA LEI 8.443/92, 471 DO CPC, 884 DO CC, 26, VI, E 27, § 1º, DA LEI 9.784/99. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. TESE DE PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA OU FALHA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. IMPUTAÇÃO DO DÉBITO E APLICAÇÃO DE SANÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO DE HIPÓTESE DE IMPRESCRITIBILIDADE. LACUNA LEGISLATIVA. NECESSIDADE DE INTEGRAÇÃO POR ANALOGIA. APLICAÇÃO DO PRAZO QUINQUENAL. DECURSO. OCORRÊNCIA. (...) 6. Na tomada de contas especial, diversamente, o ônus da prova incumbe ao responsável pela aplicação dos recursos repassados, que se torna o responsável pelo débito e multa por mera presunção de prejuízo ao erário se ausente ou falha a prestação de contas. Nessas circunstâncias, a atuação administrativa deve encontrar limites temporais, sob pena de sujeitar os responsáveis pela aplicação de repasses de verbas federais a provarem, eles, a qualquer tempo, mesmo que decorridas décadas, a adequada aplicação dos recursos que um dia geriram, em flagrante ofensa a princípios basilares do Estado de Direito, como a segurança jurídica e ampla defesa. 7. Em virtude da lacuna legislativa, pois não há previsão legal de prazo para a atuação do Tribunal de Contas da União, deve ser-lhe aplicado o prazo quinquenal, por analogia aos arts. 1º do Decreto 20.910/32 e 1º



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

GABINETE DO CONSELHEIRO HELDER VALIN BARBOSA

Processo nº 202200005018224/101-02

da Lei 9.873/99. Em hipótese similar à presente, porquanto ausente prazo decadencial específico no que concerne ao exercício do poder de polícia pela Administração, antes do advento da Lei 9.873/99, a Primeira Seção desta Corte, no julgamento do REsp 1.105.442/RJ (Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Primeira Seção, DJe 22/2/2011), sob o rito do art. 543-C do CPC, assentou ser ele de 5 anos, valendo-se da aplicação analógica do art. 1º do Decreto 20.910/32. 8. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido para julgar procedente o pedido inicial, desconstituindo a decisão do Tribunal de Contas da União no processo de tomada de contas especial do Convênio 5013/96, ressaltando-se a via judicial para o pleito de eventual ressarcimento." [SEM GRIFOS NO ORIGINAL].

Embora o Tribunal de Contas da União, já tenha adotado, no passado, o prazo prescricional de 10 (dez) anos¹, conforme extrai do julgado Acórdão nº. 1.441/2016-TCU-Plenário, perfilho-me do entendimento adotado por esta Corte, pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como, pelo Supremo Tribunal Federal, quanto a aplicação do prazo prescricional de 5 (cinco) anos para início da Tomada de Contas Especial, haja vista a lacuna legislativa e necessidade de se firmar tese sobre o tema, evitando decisões conflitantes.

Tal conclusão se dá em virtude da necessidade de se preservar, ainda que minimamente, a segurança jurídica dos atos realizados há anos pelo interessado, cujo reflexo no contraditório e ampla defesa é manifesto, haja vista que é compreensível após o longo lapso temporal, a dificuldade na obtenção de documentos, a impossibilidade de realização de eventual perícia técnica e a lembrança precisa dos fatos se esvaia no tempo, não sendo crível exigir do interessado, sob pena de lesão a diversos princípios constitucionais.

O Supremo Tribunal Federal, vem caminhando exatamente neste sentido, no Agravo Regimental em Mandado de Segurança nº. 35.512/DF, julgado em 04.06.2019, a Segunda Turma da Suprema Corte, firmou tese no sentido de que a ação de ressarcimento de dano ao erário no Judiciário, como cediço, o ônus *probandi* é do próprio Estado. Já na Tomada de Contas Especial,

¹ Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

GABINETE DO CONSELHEIRO HELDER VALIN BARBOSA

Processo nº 202200005018224/101-02

conduzida administrativamente no Tribunal de Contas, o ônus da prova é do responsável pela gestão do recurso público, devendo encontrar limite temporal de 05 (cinco) anos, em observância a ampla defesa, contraditório, razoabilidade e, especialmente segurança jurídica.

*[...] E essa distinção se faz necessária notadamente porque na ação de ressarcimento, perante o Poder Judiciário, o ônus da prova será do Estado, que alega o prejuízo ao erário. Por outro lado, **na tomada de contas especial, conduzida administrativamente perante o Tribunal de Contas da União, tal ônus incumbirá ao próprio responsável pela gestão dos recursos públicos. Logo a exigência de que este tenha ao seu alcance o instrumentos que o possibilitem justificar a higidez da aplicação dos recursos que lhe foram disponibilizados deve encontrar um limite temporal (no caso, o prazo quinquenal da Lei 9.873/99), em observância aos princípios ampla defesa, contraditório, razoabilidade e, especialmente, segurança jurídica. [...]. [SEM GRIFOS NO ORIGINAL].***

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, também já firmou entendimento quanto ao prazo prescricional entendendo que "a prescrição da pretensão punitiva do TCU é regulada integralmente pela Lei nº 9.873/1999, seja em razão da interpretação correta e da aplicação direta desta lei, seja por analogia' (MS 32.201/DF, Rel. Min. Roberto Barroso)".

Assim, as duas turmas do STF já detêm precedentes acerca da questão, estabelecendo prazo prescricional de 05 (cinco) anos para pretensão punitiva do Tribunal de Contas da União, aí incluindo, em recente julgado da 2ª Turma, por unanimidade, o interstício para deflagração de Tomada de Contas Especial pela Corte de Contas.

Mais recentemente no julgamento do RE 636.886, tendo como relator o Ministro Alexandre de Moraes, julgado em 20-4-2020, objeto do Tema 899, firmou-se entendimento pela prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas. A tese restou fixada nos seguintes termos: "É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas."



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

GABINETE DO CONSELHEIRO HELDER VALIN BARBOSA

Processo nº 202200005018224/101-02

A questão que não foge ao debate é a de que, a prescrição seja para deflagração – com instauração ou conversão -, seja para julgamento, deve ter prazo definido, sob pena de desvirtuamento da lógica processual e dos princípios constitucionais.

O caso concreto trata de fatos ocorridos em Convênio datado do ano de **2005**, celebrado entre o Estado de Goiás e o Município de Castelândia.

Entretanto, a presente Tomada de Contas Especial foi instaurada somente em 10.08.2022, através da Portaria nº. 1359 e autuada nesta Corte de Contas em **25.10.2023**.

Sendo assim, entre a data dos fatos e a instauração da Tomada de Contas Especial, já se passaram 18 (dezoito) anos, extrapolando com nitidez o prazo prescricional de 05 (cinco) anos.

A adoção do prazo quinquenal, pode ser vislumbrada tanto pelos precedentes aduzidos, como também:

- Lei Federal n.º 9.873/1999, artigo 1º;
- Lei Federal n.º 9.784/1999, artigo 54;
- Decreto n.º 20.910/32, artigo 1º,
- Lei Estadual n.º 16.168/2007, 107-A;

Com a devida vênia, como há norma específica no caso do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, a meu ver, nos moldes do artigo 107-A, §1º, da Lei Estadual n.º 16.168/2007, cujo prazo prescricional expressamente é fixado em 05 (cinco) anos, se trata da legislação aplicável ao caso *subexamine*.

Tal ponderação se mostra pertinente, haja vista que os precedentes citados dos Tribunais Superiores remetem a aplicação analógica da Lei Federal n.º. 9.873/99, haja vista que no âmbito do TCU não há lei que regule a prescrição.

Operando-se, de pleno direito a prescrição, nos moldes do artigo 107-A, §1º, III, da Lei Orgânica, levando em conta que a TCE em questão foi



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

GABINETE DO CONSELHEIRO HELDER VALIN BARBOSA

Processo nº 202200005018224/101-02

deflagrada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Goiás, tramitando no órgão por vários anos, até o envio à Corte de Contas, não havendo sentido lógico-processual, o início do prazo prescricional não se iniciar com a data de ocorrência do fato.

Explico. A prescrição, como instituto processual balizador de segurança jurídica e vetor do Estado Democrático de Direito, não pode, a depender da situação concreta, iniciar em data x ou dia y nos casos de Tomada de Contas Especial instaurada no órgão de origem ou convertida diretamente no Tribunal.

Nos casos de instauração ou conversão em Tomada de Contas Especial, a data do fato, como visto pelos precedentes colacionados, é fator preponderante para instrução processual, seja pela integridade dos princípios do contraditório e da ampla defesa, seja pela necessidade de estabilização das relações jurídicas com o Poder Público.

No caso concreto, considerando as consequências práticas da decisão, nos moldes dos artigos 20 e 21 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, adiante transcritos, não há sentido processual ignorar o grande lapso temporal que a jurisdicionada responde pelos atos realizados no ano de 2005, ainda mais em caso de tamanho tumulto interpretativo das normas do CONFAZ, modificadas como um verdadeiro labirinto hermenêutico.

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

GABINETE DO CONSELHEIRO HELDER VALIN BARBOSA

Processo nº 202200005018224/101-02

As alterações realizadas na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, trouxeram balizas para o julgador, seja na esfera judicial, administrativa ou controladora, acerca das consequências práticas da decisão, e sua verdadeira eficácia, não podendo fechar os olhos para os reflexos do *decisum*.

No caso em análise, não vislumbro razão lógica-processual para apreciar a Tomada de Contas Especial, essencialmente, pelo longo decurso temporal e o malferimento dos princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da segurança jurídica, somado a ausência de resultado no procedimento, a esta altura, absolutamente inócuo.

Nesta senda, considerando inclusive Acórdão recente da Corte de Contas de nº. 1.695/2021, tese que ora comungo, entendo pela ocorrência da prescrição das pretensões punitivas e ressarcitórias da Corte de Contas relacionadas ao processo em questão, conforme prevê o regramento do artigo 107-A da LOTCE², bem como os precedentes e fundamentos alinhavados, entendendo pelo arquivamento dos autos.

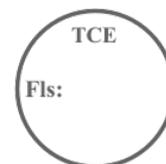
Ante o exposto, **VOTO** por reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitivas e ressarcitórias, determinando o arquivamento dos autos.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia.

**Conselheiro Helder Valin Barbosa
Relator**

CA.

² Art. 107-A. Prescreve em 5 (cinco) anos a pretensão punitiva do Tribunal de Contas do Estado nos feitos de qualquer natureza a seu cargo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS
GABINETE DO CONSELHEIRO HELDER VALIN BARBOSA

RELATÓRIO/VOTO Nº 84/2024 - GCHV



Documento assinado eletronicamente com fundamento da Resolução Normativa 12/2017 do TCE-GO, Art. 6º.
Número do Processo: 202200005018224 / A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
<http://www.tce.go.gov.br/ValidaDocumento?Key=061341552431202781542381942881232432202561>